

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 182 – 18/01 à 22/01/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[ME lança consulta pública para mudar mais de mil atos de segurança. SINAIT analisa conteúdo para se manifestar](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 19/01/2021

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia publicou, no dia 18 de janeiro, o [Aviso de Consulta Pública nº 3/2021](#). O documento pede contribuições para uma proposta de portaria que irá disciplinar procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho. O SINAIT analisa o texto para se manifestar.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[PCdoB solicita continuidade do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda](#)

Supremo Tribunal Federal - 21/01/2021

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6662, em que pede a extensão da vigência dos efeitos do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, instituído pela Lei 14.020/2020. A vigência da lei está restrita à duração do estado de calamidade pública (31/12/2020, segundo o Decreto Legislativo 6/2020) e à vigência da Lei 13.979/2020, que trata das medidas de enfrentamento da pandemia, também questionada pelo partido.

[Ministra estende licença-maternidade para mãe de bebê internado desde nascimento prematuro](#)

Supremo Tribunal Federal - 21/01/2021

A ministra Rosa Weber, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu medida cautelar na Reclamação (RCL) 45505 para que a licença-maternidade de 120 dias de uma enfermeira de Conceição do Mato Dentro (MG) tenha como marco inicial a alta hospitalar da filha, internada desde o nascimento prematuro, em julho do ano passado, até o momento. A ministra, que está no exercício da Presidência da Corte, responde pelo plantão desde o dia 18.

[Fábrica de alimentos é condenada por exigir certidão de antecedentes criminais para contratar auxiliar](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/01/2021

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a M Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, de Maracanaú (CE), a pagar indenização de R\$ 5 mil a um

auxiliar de produção obrigado a apresentar certidão negativa de antecedentes criminais para ser contratado. Conforme a jurisprudência do TST, a exigência, quando não for justificada pela função exercida, caracteriza danos morais.

[Animosidade entre advogado e perito provoca nulidade de laudo pericial](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/01/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou a realização de nova perícia, com a nomeação de outro perito, após reconhecer a animosidade entre o perito e o advogado de um electricista da Intercement Brasil S.A. caracterizou cerceamento de defesa. Ao constatar a ausência de imparcialidade na elaboração do laudo, a Turma declarou a nulidade da decisão em que a pretensão do empregado fora rejeitada.

[Operador de máquina receberá pensão mensal de 100% da remuneração por incapacidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/01/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que a pensão mensal a ser paga pela Veracel Celulose S.A., de Eunápolis (BA), a um operador de máquina de colheita seja calculada sobre todas as parcelas de natureza salarial, e não apenas sobre 40% do salário mínimo, como fora decidido nas instâncias anteriores.

[Encarregado consegue aumentar valor de indenização após situação de homofobia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/01/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma rede de supermercados de Porto Alegre (RS) a pagar R\$ 40 mil a um encarregado vítima de conduta homofóbica de colegas e superiores hierárquicos. Para o colegiado, que acolheu o pedido do empregado para aumentar o valor da indenização, a quantia não foi fixada com razoabilidade e proporcionalidade diante das ofensas em razão da sua orientação sexual.



Notícias do Executivo

[Nova Lei de Falências entra em vigor](#)

Ministério da Economia - 22/01/2021

As inovações estabelecidas pela modernização da Lei de recuperação judicial, falência e extrajudicial (Lei nº 14.112/2020) entram em vigor neste sábado (23/1). A atualização das regras dará mais fôlego para a recuperação de empresas em dificuldades financeiras e, assim, permitirá a manutenção dessas empresas no cenário econômico, gerando emprego, renda e riquezas para o país. As novas regras não trazem nenhum impacto fiscal sobre as contas do governo. As mudanças vão permitir ampliar o financiamento a empresas em recuperação judicial, melhorar o parcelamento e o desconto para pagamento de dívidas tributárias e possibilitar aos credores apresentar plano de recuperação da empresa, entre outros avanços. A nova Lei de Falências vai, portanto, ajudar o Brasil a se recuperar no período pós-pandemia. A entrada em vigor ocorre 30 dias após a publicação da lei, o que ocorreu em 24 de dezembro de 2020.

[Governo federal lança “Balcão Único” para simplificar a abertura de empresas](#)

Ministério da Economia - 20/01/2021

O Ministério da Economia acaba de lançar o “Balcão Único”, um sistema que permite a qualquer cidadão abrir uma empresa de forma simples e automática, reduzindo o tempo e os custos para iniciar um negócio no Brasil. O projeto – liderado pela Secretaria Especial da Receita Federal e pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do ME – foi desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). A primeira cidade a aderir ao projeto foi São Paulo, que tornou disponível o [novo sistema](#) na última sexta-feira (15/1) para os interessados em abrir um negócio no município.

[INSS prorroga interrupção de bloqueio de benefício por falta da prova de vida](#)

Ministério da Economia - 20/01/2021

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que não fizeram a prova de vida entre março de 2020 e fevereiro de 2021 não terão seus benefícios bloqueados. A [Portaria nº 1.266](#), publicada no Diário Oficial da União (DOU), prorroga a interrupção do bloqueio de pagamentos de benefícios até o fim de março deste ano.

[Dossiê Covid-19 e Saúde do Trabalhador da RBSO traz novas publicações](#)

Fundacentro - 21/01/2021

O dossiê “A pandemia da Covid-19 e a Saúde do Trabalhador”, da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO), publicou três textos no último trimestre de 2020. As submissões para novas publicações continuam abertas em 2021. Os materiais devem atender às [instruções da revista](#) e ser enviados pela [plataforma de submissão](#).

[RBSO finaliza Dossiê Intervenção em Saúde do Trabalhador](#)

Fundacentro - 21/01/2021

A Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO) encerrou em 2020 o Dossiê “Intervenção em Saúde do Trabalhador”. Uma caminhada iniciada em 2018, que permitiu refletir sobre o papel da intervenção em saúde do trabalhador, seus objetos e modalidades no contexto atual do mundo do trabalho. De lá para cá, foram 41 textos publicados, que apresentam experiências, pesquisas e reflexões no periódico científico da Fundacentro, por pesquisadores de diversas instituições.

[Publicado o Comunicado Conjunto RFB/SEPRT nº 01, de 13 de janeiro de 2021](#)

eSocial - 20/01/2021

Foi publicado [Comunicado Conjunto RFB/SEPRT nº 01, de 13 de janeiro de 2021](#), que estabelece o cronograma de implantação do novo leiaute do eSocial Simplificado, versão S-1.0.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT alerta para risco de fragilização e precarização do instituto da aprendizagem profissional](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/01/2021

Em [nota pública](#) divulgada nesta quinta-feira, 21 de janeiro, o Ministério Público do Trabalho alertou para os riscos de fragilização e de precarização do instituto da aprendizagem profissional no país, caso a minuta da proposta do Ministério da Economia que visa alterar regras para a contratação de aprendizes entre em vigor.

[MPT divulga nota técnica sobre medidas de proteção a trabalhadoras gestantes](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/01/2021

Em [nota técnica](#) divulgada nesta terça-feira (19), o Ministério Público do Trabalho (MPT) recomenda a empresas, sindicatos e órgãos da administração pública que adotem diretrizes para preservar a saúde de trabalhadoras gestantes durante a segunda onda da pandemia do novo coronavírus.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[OIT e Aliança 8.7 lançam o Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 22/01/2021

Nesta quinta-feira, 21 de janeiro, a Organização Internacional do Trabalho - OIT e a Aliança 8.7 lançaram o Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, definido pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 2019. A resolução prevê o compromisso dos Estados membros em tomarem medidas para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de seres humanos e o trabalho infantil em todas as suas formas até 2025. Também assegura a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e uso de crianças-soldados.

[Casa Civil coloca sob consulta pública minuta de decreto que interfere na atuação de Auditores-Fiscais do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 22/01/2021

Em publicação no Diário Oficial da União – DOU de 21 de janeiro, o ministro chefe da Casa Civil, Walter Souza Baga Netto, colocou em consulta pública a minuta de decreto que “regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas e o Prêmio Nacional Trabalhista”. O prazo para apresentar sugestões ao texto vai até o dia 19 de fevereiro. Veja aqui o Despacho.

Outras Notícias

[Mensagens de WhatsApp fora do expediente não configuram sobreaviso](#)

Consultor Jurídico - 21/01/2021

Participar de grupo de rede social não caracteriza limitação do direito de ir e vir. Esse foi o entendimento da 10ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região ao negar o pagamento de horas de sobreaviso a uma trabalhadora que recebeu mensagens no grupo de WhatsApp da empresa fora do expediente.

[Lei Geral de Proteção de Dados foi citada em 139 ações trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 20/01/2021

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD, Lei 13.709/2018) já aparece em 139 ações trabalhistas, segundo levantamento feito pela empresa de jurimetria Data Lawyer Insights, a pedido do jornal Valor Econômico. O total das causas soma R\$ 15 milhões e a maior parte tramita em São Paulo.

[Empregada que tirou máscara no trabalho não deve ser dispensada, diz TJ-MG](#)

Consultor Jurídico - 20/01/2021

Por entender que a dispensa por justa causa foi desarrazoada e desproporcional, a 11ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região manteve sentença que reverteu a justa causa de uma funcionária de telemarketing dispensada por tirar a máscara dentro da empresa.



Atos Normativos

[AVISO DE CONSULTA PÚBLICA SEPRT N° 2/2021](#) (DOU de 18/01/2021 Seção III Pág. 71) - Submete à consulta pública, proposta de Portaria que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho. O texto da proposta pode ser acessado no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/portaria-legislacao-trabalhista>. A consulta ficará disponível por 30 (trinta) dias e as contribuições deverão ser realizadas diretamente na plataforma disponível no endereço indicado;

[AVISO DE CONSULTA PÚBLICA SEPRT N° 3/2021](#) (DOU de 18/01/2021 Seção III Pág. 71) - Submete à consulta pública, proposta de Portaria que disciplina os procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho e dá outras providências. O texto da proposta pode ser acessado no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/portaria-sst>. A consulta ficará disponível por 30 (trinta) dias e as contribuições deverão ser realizadas diretamente na plataforma disponível no endereço indicado;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2.003, DE 18 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 20/01/2020 Seção I Pág. 46) - Dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD);

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2.004, DE 18 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 20/02/2020 Seção I Pág. 47) - Dispõe sobre a Escrituração Contábil Fiscal (ECF);

[PORTARIA INSS N° 1.266, DE 18 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 20/01/2021 Seção I Pág. 50) - Prorroga a interrupção do bloqueio dos créditos dos benefícios por falta de realização da comprovação de vida;

[DESPACHO DO MINISTRO - CONSULTA PÚBLICA - MINUTA DE DECRETO](#) (DOU de 21/01/2021 Seção I Extra Pág. 01) - Torna pública, nos termos do disposto no art. 41 do Decreto n° 9.191, de 1° de novembro de 2017, minuta de decreto que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas e o Prêmio Nacional Trabalhista.

e o Prêmio Nacional Trabalhista. O texto em apreço encontra-se disponível, também, no seguinte sítio eletrônico: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/decreto-legislacao-trabalhista> ;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA MDS Nº 2, DE 21 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 22/01/2021 Seção I Pág. 17) - Regulamenta o Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela, destinado ao atendimento de necessidades habitacionais e a garantir a segurança na posse de moradia de famílias de baixa renda;

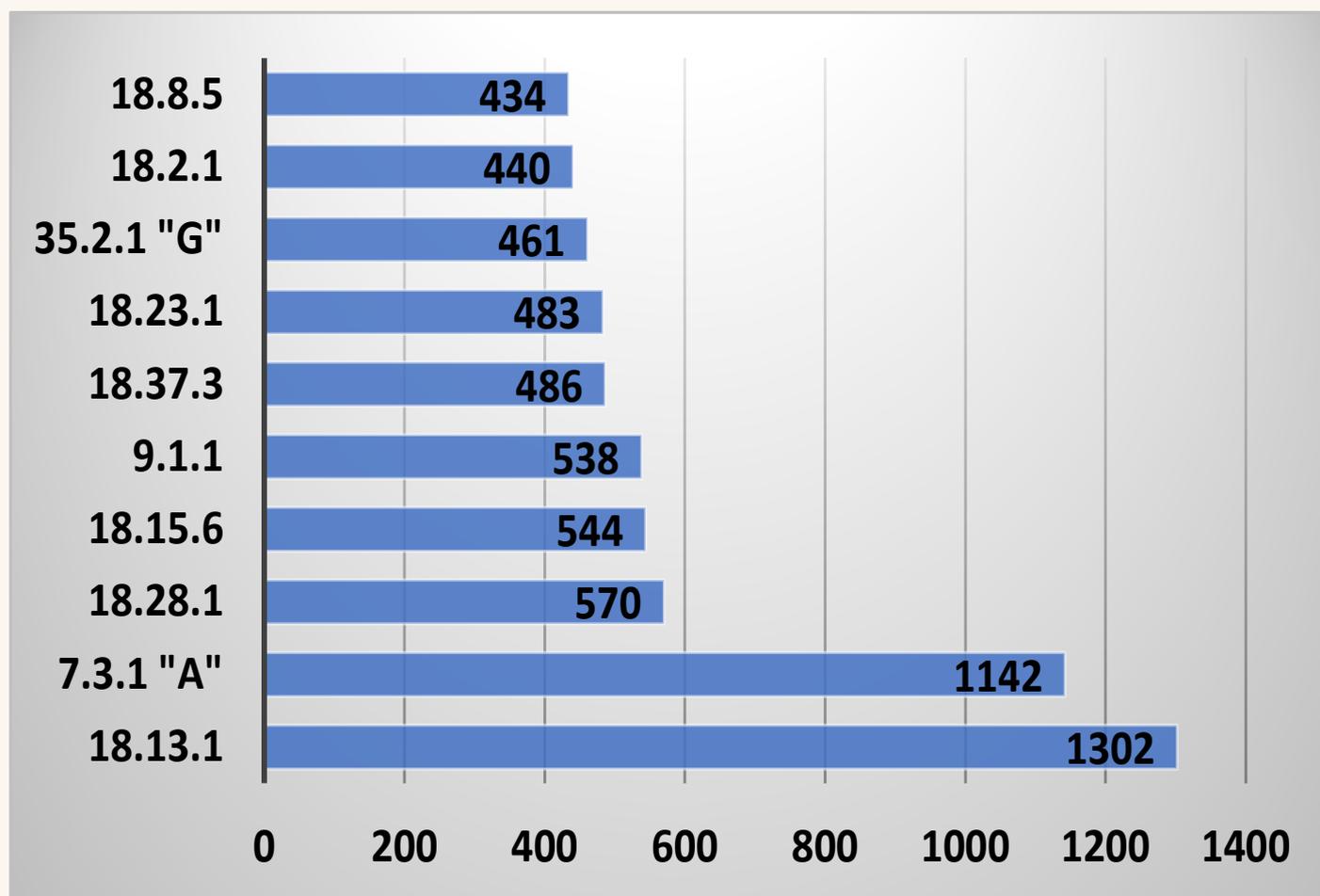
[CIRCULAR CAIXA Nº 937, DE 21 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 22/01/2021 Seção I Pág. 30) - Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, do exercício de 2020, e dá outras providências;

[CIRCULAR CAIXA Nº 938, DE 21 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU 22/01/2021 Seção I Pág. 32) - Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para o exercício de 2021, e dá outras providências;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Notificação” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2020 (jan/dez):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Notificação: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

7.3.1 Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

18.28.1 Todos os empregados devem receber treinamentos admissional e periódico, visando a garantir a execução de suas atividades com segurança.

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

9.1.1 Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

18.37.3 É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

18.23.1 A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

35.2.1 Cabe ao empregador:

g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

18.2.1 É obrigatória a comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início das atividades, das seguintes informações:

- a) endereço correto da obra;
- b) endereço correto e qualificação (CEI, CGC ou CPF) do contratante, empregador ou condomínio;
- c) tipo de obra;
- d) datas previstas do início e conclusão da obra;
- e) número máximo previsto de trabalhadores na obra.

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula